



REQUERIMENTO

Assembleia da República Divisão de Apoio às Comissões CDN
E_COM3XV/2023/2 Entrada: 02-05-2023
Votado na reunião de 09-05-2023 Aprovado com os votos: Favor: PSD e IL Abstenção: PS e CH Ausência: PCP e BE

ASSUNTO: Audição urgente da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Destinatário: Presidente da Comissão de Defesa Nacional

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional,

De acordo com notícias veiculadas na imprensa, durante o dia de ontem, ficámos a saber que a criação da Escola de Ciberdefesa irá sofrer um atraso preocupante, em virtude do Chefe do Estado-Maior General da Defesa Nacional (EMGFA) ter decidido, agora, abrir um concurso público internacional.

Esta decisão não deixa de ser surpreendente pois surge mais de três anos depois do EMGFA ter iniciado o processo de consulta de empresas de cibersegurança, ainda no mandato do Almirante Silva Ribeiro, no sentido de criar uma Escola de Ciberdefesa que salvaguarde os interesses nacionais, nesta área fundamental da Defesa.

Apesar de a Sra. Ministra da Defesa Nacional continuar a defender que esta área é uma "prioridade" deste governo é, assim, evidente que esta decisão terá efeitos na instalação das nossas capacidades de Ciberdefesa, já comprometidas pela fraca taxa de execução do orçamento para este setor que foi de, apenas, 30% no ano passado.

O porta-voz oficial do General Nunes da Fonseca salientou, em resposta Diário de Notícia, que *"tendo em conta a natureza do objeto a contratualizar e o seu valor, será adotado, à luz dos princípios vigentes da concorrência, da publicidade e da transparência, um procedimento concursal internacional, designadamente concurso limitado por prévia qualificação, nos termos do Código dos Contratos Públicos"*.

Esta decisão surpreendeu fortemente as quatro empresas que tinham sido já chamadas pela equipa do anterior CEMGFA que aguardavam desde fevereiro último receber o "request for proposal" - convite para apresentarem propostas - depois de, algumas delas, terem passado os últimos três anos a ser envolvidas neste projeto.

É de salientar que o Almirante Silva Ribeiro, escreveu, em junho de 2022, na sua *"Visão Estratégica para as Forças Armadas Portuguesas que "urge edificar a Escola de Ciberdefesa, um projeto inovador que visa consubstanciar uma solução de futuro, sustentável, capaz de responder ao problema de escassez de recursos humanos qualificados"*.

Este envolvimento terá sido levado ao mínimo detalhe de confiança entre as empresas (uma americana, duas israelitas e uma de Singapura, todas com credenciação para tratar informação classificada), todas com credenciação para tratar informação classificada, e o EMGFA.

Naturalmente, que agora perante a decisão do General Nunes da Fonseca, as mesmas empresas vieram manifestar a sua surpresa tendo em consideração que face ao avanço dos contactos oficiais entre elas e o EMGFA tinham sido já inclusivamente preparados programas para os cursos.

Importa lembrar que o processo para a contratação de uma empresa especializada em formação de ciberdefesa começou em janeiro de 2020, na sequência da conferência, reservada, no EMGFA "A Ciberguerra - como travar e vencer num conflito global", com a presença de representantes de vários países.

O objetivo era o de planear e desenvolver uma capacidade de ciberdefesa que colocasse as Forças Armadas portuguesas ao nível dos Estados mais avançados nesta área, através de um projeto que garantisse conhecimento, desenvolvimento e prática ou seja, a Escola de Ciberdefesa.

Saliente-se que num despacho de agosto de 2022, a Sra. Ministra da Defesa Nacional, autorizou uma verba de 11,5 milhões de euros (+IVA) até 2030 para este plano, valor a que, entretanto, acrescentou mais um milhão para a construção/adaptação das infraestruturas onde será construída a Escola de Ciberdefesa.

Neste despacho, o Ministério da Defesa Nacional considerou a qualificação dos recursos humanos afetos à ciberdefesa nacional, como um imperativo, de forma a garantir a capacidade de realizar todo o espectro de operações militares de interesse nacional no, e através do, ciberespaço fazendo crer, então, que seria uma prioridade evidente assegurar a defesa e a salvaguarda da soberania nacional", naquele que, todos pensaram ser o derradeiro passo para executar o contrato com a empresa que viesse a ser escolhida.

Mas na verdade, o EMGFA acabou por não executar o orçamento de 1,6 milhões de euros previsto para esse ano e tudo não passou, mais uma vez, de um jogo de intenções sem concretização prática, infelizmente, recorrente no que diz respeito à ciberdefesa.

Assim, é evidente que a demora na edificação desta capacidade na Defesa, que ainda não esclareceu a dimensão e consequências dos grandes ciberataques do ano passado, alvo de investigação criminal, contra redes do EMGFA e do Ministério, está, tal como destacado pela imprensa nacional, acaba por suscitar apreensão a nível nacional e internacional no setor.

De facto, tal como alertou João Rebelo, presidente da Comissão Portuguesa do Atlântico, que promove a Aliança Atlântica, “a Nato tem sistematicamente alertado os países membros para a importância crucial de garantir capacidades na ciberdefesa para contrariar as ameaças que vão acontecendo, cada vez mais numerosas e sofisticadas. A captação e formação de recursos humanos, bem a edificação de um comando que centralize e potencie esse combate defensivo, mas também ofensivo se for necessário, é vital. A situação de guerra que é Europa vive pressiona obviamente a aceleração de todo este processo”.

Este é um atraso preocupante tanto mais que "na revisão da Lei de Programação Militar (LPM) em 2019, em sede da Comissão de Defesa Nacional, foram aprovadas, com o apoio do Governo e do PS, uma proposta do PSD para que a verba disponível para a edificação da capacidade de ciberdefesa fosse substancialmente aumentada tendo em conta a importância da mesma, para garantir a efetiva defesa dos interesses nacionais.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Defesa Nacional assegura que mantém este domínio operacional como "prioritário", estando previstos 45,4 milhões de euros previstos na atual LPM até 2030. Realce-se que está previsto um reforço no investimento nacional em ciberdefesa de 51 para 70,82 milhões de euros (um aumento de quase 40%) através da proposta de revisão da LPM submetida recentemente à Assembleia da República.

Recorde-se que a verba para ciberdefesa começou a ser reforçada em 2019, mas em todos os anos subsequentes o orçamento nunca foi executado a mais de 50%, em 2020 apenas 48,9%; em 2021 caiu para 27% e em 2022 ficou nos 30,7%. Assim, tendo em conta estas baixas taxas de execução somos levados a perguntar se o tão anunciado aumento de 40% nas verbas para a ciberdefesa não passa de uma declaração de interesse apenas destinada a apaziguar as preocupações dos nossos parceiros.

Sem esta Escola, a formação de um "ciber-exército" para poder operar no futuro comando operacional para a "ciberguerra" terá muitas dificuldades para avançar. Neste contexto, importa salientar que o atual Centro Nacional de Ciberdefesa do EMGFA devia ter em 2026, no mínimo, cerca de 250 militares, mas, segundo o Ministério da Defesa nacional, apenas é esperado atingir esse número em 2030. Atualmente prestam serviço na área da ciberdefesa apenas 59 pessoas, estimando o Governo que, de forma otimista, que até ao final de 2023 se atinja um total de 98 efetivos, o que nos parece manifestamente pouco perante os desafios que todos os dias enfrentamos nesta área.

Entretanto, paralelamente a este processo, com o apoio financeiro, de cerca de um milhão de euros e estão previstos mais 2,6 milhões, da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, foi edificada há um ano na Academia Militar, do Exército, a "Cyber Academia and Innovation Hub" para "promover a formação, treino e exercícios, a investigação, e inovação no ciberespaço e, ainda, apoiar o desenvolvimento de capacidades no âmbito da cibersegurança e ciberdefesa".

Todavia e apesar de parecer existir quem defenda que este espaço, sem utilização há mais de um ano, poderia ser utilizado também como escola de ciberdefesa, o Ministério, inexplicavelmente, entende que não.

Para o PSD esta situação reveste-se de enorme preocupação, podendo afetar a credibilidade do Estado Português junto dos seus parceiros internacionais e põe em causa o desenvolvimento do plano na área da Ciberdefesa e como tal, importa conhecer a dimensão desta problemática.

Assim, e num modelo que promova a reserva da informação, a sensibilidade da mesma e que não comprometa as diligências que eventualmente estejam em curso, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem requerer a audição, com carácter de urgência, da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com o objetivo de esclarecer este Parlamento sobre o sucedido.

Palácio de São Bento, 2 de maio de 2023.

Os Deputados do PSD

Joaquim Miranda Sarmiento

Jorge Paulo Oliveira

Cristiana Ferreira

António Proa

Adão Silva

Carlos Eduardo Reis

Olga Silvestre

Rosina Ribeiro Pereira

Rui Vilar

Fernando Negrão

Helga Correia

Hugo Patrício Oliveira

João Montenegro

Pedro Roque

Miguel Santos

Paulo Moniz